



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS



**USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E PERSPECTIVAS
TURÍSTICAS DO TERRITÓRIO DO PORTO DO CAPIM,
VARADOURO, JOÃO PESSOA-PB**

PAULO RICARDO GADELHA MÁXIMO

**João Pessoa-PB
Setembro de 2013**

PAULO RICARDO GADELHA MÁXIMO

**USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E PERSPECTIVAS
TURÍSTICAS DO TERRITÓRIO DO PORTO DO CAPIM,
VARADOURO, JOÃO PESSOA-PB**

**Monografia apresentada à
Coordenação do Curso de Geografia da
Universidade Federal da Paraíba, para
obtenção do grau de Bacharel em
Geografia.**

Orientadora: Prof^a. Ma. Araci Farias Silva

**João Pessoa-PB
2013**

Catálogo na publicação
Universidade Federal da Paraíba
Biblioteca Setorial do CCEN

M463u Máximo, Paulo Ricardo Gadelha.

Uso e ocupação do solo e perspectivas turísticas do território do Porto do Capim, Varadouro, João Pessoa-PB / Paulo Ricardo Gadelha Máximo. – João Pessoa, 2013.

53p. : il. –

Monografia (Bacharelado em Geografia) Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Profª. Ms. Araci Farias Silva.

1. Paisagem cultural. 2. Patrimônio Cultural – João Pessoa-PB. 3. Memória – João Pessoa-PB. I. Título.

UFPB/BS-CCEN

CDU 911.53 (043.2)

Termo de Aprovação

PAULO RICARDO GADELHA MÁXIMO

Monografia Apresentada à coordenação do
Curso de Geografia da Universidade Federal
da Paraíba, para obtenção do grau de Bacharel
em Geografia.

Banca Examinadora

Prof^a. Ma. Araci Farias Silva
Orientadora – DGEOC/UFPB

Prof. Dr. Sinval de Almeida Passos
Examinador Interno- DGEOC/UFPB

Prof^a. Ma. Ana Glória Cornélio Madruga
Examinador Interno- DGEOC/UFPB

Nota: _____

Agradecimentos

A Deus, por tudo, sem Ele nada seria possível;

A meu avô, Raimundo Gadelha (*in memoriam*), por tudo que fez por mim, e, como prenda para ele, estou prestes a realizar um sonho de vida que ele tinha pra mim, ou seja, me ver formado;

À minha avó, Maria das Neves, por todo o carinho e amor que tem por mim;

À minha mãe, Rejane, por sua sabedoria e seus valorosos conselhos em momentos cruciais na minha vida;

A Gilson, meu pai de criação, por sua insofismável contribuição na minha formação como pessoa humana;

À minha orientadora, professora Araci Farias, por todo o direcionamento que me deu neste trabalho;

A meu professor e amigo Sinval Almeida Passos, pela orientação, ajuda e momentos de descontração;

A meus amigos de trabalho da Livraria Leitura, por todo o apoio e amizade que temos e cultivamos no dia-dia;

A todos os professores que já tive na minha vida, pois certamente aprendi algumas ou muitas coisas com eles, sendo responsáveis pelo meu crescimento como pessoa e como intelectual;

Aos demais amigos que tive e tenho na minha vida, pela força e companheirismo.

Resumo

A importância do Porto do Capim se remete desde a época da conquista da Paraíba, onde o lugar tinha a atividade funcional de escoar a produção e permitir a entrada de produtos na cidade. Até hoje, sofreu inúmeras transformações na sua paisagem, porém ainda resguardando sua estratégica importância para a memória, a cultura, o patrimônio e a identidade da cidade de João Pessoa. Recentemente, políticas públicas de revitalização trouxeram projetos de modificação do lugar e de remoção da população ribeirinha para serem formados parques ecológicos no território, sendo isso motivo para uma intensa e ampla discussão, tendo em vista a toponímia, ou seja, um sentimento de identidade com o espaço, da população em relação ao território estudado. O presente trabalho visa abordar a importância do Porto do Capim do ponto de vista geográfico, histórico e, por todo o contexto que o envolve atualmente, turístico. Abordar-se-ão diferentes aspectos ligados a este território, como a cultura, patrimônio, história e meio ambiente físico, calcados em conceitos geográficos fundamentais abordados.

Palavras-chave: Cultura, patrimônio, território,

Abstract

The meaning of Porto do Capim comes from Paraíba's conquest age, when the place had a task of drifting the production and permit the entering of the products in the city. Until nowadays, has suffered a lot of change in its landscape, however overkeeping its strategic meaning to the memory, culture, patrimony and identity of João Pessoa. Recently, reliving public politics brought projects of changes in the places, removing the rivers to the building of ecologic parks in the territory, being a reason to an intense and wide discussion, having on sight the tipofily, the feeling of identity with the space, of the population in face with the studied territory. This work looks for an approach the meaning of Porto do Capim in the geographic, historic and, for all that it involves, touristic points of view. Different aspects linked to this territory will be studied, like culture, patrimony, history and environment, settled down on fundamental geographic concepts approached.

Key words: Culture, territory, mangrove.

SUMÁRIO

Lista de Figuras.....	1
INTRODUÇÃO.....	2
CAPÍTULO I- CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO PORTO DO CAPIM.....	7
1.1 Localização da Área.....	7
1.2 Aspectos Históricos.....	8
1.3 Aspectos Físicos.....	18
CAPÍTULO II- ASPECTOS: CULTURAIS E TURÍSTICOS DO PORTO DO CAPIM.....	23
2.1 Aspectos Culturais.....	23
2.2 Aspectos Turísticos.....	31
CAPÍTULO III- PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO PORTO DO CAPIM.....	36
3.1 Processo Histórico da criação do Projeto de Revitalização.....	36
3.2 Objetivos do Projeto de Revitalização.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	44

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Barcos atracados no trapiche próximo a vegetação de mangue na comunidade do Porto do Capim.....	2
Figura 2- Mapa de localização do Porto do Capim.....	7
Figura 3- Vista do Porto do Capim em 1910. Na análise da paisagem, percebe-se a ausência de grande urbanização no local, com poucos empreendimentos.....	14
Figura 4- Procissão de Nossa Senhora da Conceição, seguida pelos pescadores do Porto do Capim. Ocorre no dia 8 de Dezembro.....	23
Figura 5- Moradora do porto do Capim na ilha da Santa, mostrando sua devoção dentro da capela.....	23
Figura 6: Procissão de Nossa senhora da Conceição nas ruas do Porto do Capim.....	23
Figura 7- Paisagem de intersecção do Porto do Capim com o Centro Histórico, vista a partir do rio Sanhauá (ao fundo, vê-se a Igreja de São Frei Pedro Gonçalves).....	32
Figura 8- Maquete da praça de eventos do projeto de revitalização da área.....	38
Figura 9- Perímetro de Atuação (linha vermelha) do IPAHEP na cidade de João Pessoa em 1982. Perímetro de atuação da Comissão do Centro Histórico de João Pessoa (em azul) e a área do Porto do Capim em vermelho.....	40
Figura 10- Cotidiano da comunidade do Porto do Capim, usando o rio como meio de locomoção para suas atividades...	41

INTRODUÇÃO

A geografia, enquanto ciência que estuda o espaço, que segundo Santos (2008), se define como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (p.22), tem não somente uma função científica, acadêmica para a compreensão dos fenômenos espaciais, não sendo conveniente estudá-lo apenas como uma entidade isolada, mas sim como um elemento em constante transformação, sendo alterado tanto por fatores internos como externos, caracterizando-se uma entidade extremamente complexa e modificável, ontológica.

Durante sua evolução teórica, a Geografia conheceu diversos estágios de pensamento, em tudo distintos nas suas respectivas abordagens. Na Geografia Clássica, houve uma excessiva preocupação da relação intrínseca homem-meio. Com a evolução do pensamento, o estudo passou a ser mais voltado para o homem e sua capacidade de modificar o espaço e as relações sociais. A Geografia Crítica dá um importante passo para esta compreensão, pois ao contrário da Geografia Teorética (esta afirma que tudo segue um processo lógico e necessário, pragmático, centralizador), ela prega justamente a crítica à realidade social, buscando uma relação de causa e efeito para o mundo no qual se vive, não aceitando quimERICAMENTE os processos espaciais e sociais, que geralmente tomam rumos traçados por classes sociais dominantes e políticas voltadas para o benefício das mesmas.

Porém, é na Geografia Cultural que pretendemos ter o norteamento teórico e metodológico para a elaboração deste trabalho. Esta escola do pensamento geográfico, fortemente influenciada pela Filosofia (existencialismo e fenomenologia, principalmente), proporciona uma visão crítica não apenas coletiva enquanto sociedade, mas a realidade é vista

principalmente através da primeira pessoa. Segundo Bonavides (2007, p. 36):

E como a toda cultura aderem valores, força é empregar combinadamente as formas de tratamento da realidade cultural, a saber, a individualizadora, e a decorrente de um processo de investigação das relações de valores.

O “eu” toma uma conotação especial. O homem é visto como uma peça de quebra-cabeça num mosaico, que embora seja coletivo, possui sua individualidade cabal, tendo sua identidade própria. Identidade aqui sendo vista como elemento que define o ser, que afirma a posição na qual ele está inserido e ao mesmo tempo da qual ele não se inclui. Segundo Corrêa (1995, p. 30):

Contrariamente às geografias crítica e teórico-quantitativa, por outro lado, a geografia humanista está assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e não o particular ou o universal e, ao invés da explicação, tem na compreensão a base de inteligibilidade do mundo real.

Diante desta perspectiva fundamental, trabalha-se o Porto do Capim, espaço e objeto de estudo, como um espaço vivido.

O Porto do Capim é uma área de relevante importância territorial e urbana na cidade de João Pessoa. Uma vez berço e centro comercial da cidade, este lugar vêm sofrendo um constante abandono e descaso por parte do poder público, refletindo-se isto no senso comum da população. Araújo (2006, p.20) sintetiza de modo claro o que é o Porto do Capim:

O Porto do Capim corresponde a uma área ribeirinha, com vegetação de mangue, estando sujeita aos alagamentos nas cheias provocadas pelo fluxo das marés e, mais intensamente, no período chuvoso. Esse ecossistema constitui-se uma presença marcante na paisagem em relação às manchas de vegetação arbórea. Margeando o rio, “adentrando-se” sobre parte do mangue aterrado, encontram-se as Comunidades Porto do Capim e Vila Nassau. Nessa área de ocupação, o traçado espontâneo das vias de circulação – a rua Porto do Capim, alguns becos, pequenas vilas e o amontoado de moradias – contrasta com o desenho retilíneo das ruas

antigas: Frei Vital, Visconde de Inhaúma, XV de Novembro.

Figura 1: Barcos atracados no trapiche próximo a vegetação de mangue na comunidade do Porto do Capim.



Fonte: Silva, A.F./2012.

A marginalização, a ausência de políticas públicas de inclusão e o desprezo por esta área citadina, que reporta a enorme segregação que causa o modo de produção capitalista não reduzem o mesmo em sua importância. Por trás destes males citados, há um patrimônio material e imaterial, que clama por preservação e valorização. Sua população, ainda pouco estudada e quantificada, sobrevive em precárias condições sociais e econômicas, dependendo majoritariamente da pesca artesanal para sobreviver, ao passo que as gerações mais contemporâneas já mostram uma tendência –natural, que se diga, tendo em vista a crescente desvalorização da atividade primária nas conjunturas atuais, onde se perde cada vez mais o valor da sabedoria popular e da relação direta com o meio- a migrarem para outros ramos

profissionais, nomeadamente no comércio. Um breve mostruário de dados estatísticos ilustra o que está a ser falado:

Segundo dados do Projeto de Relocação da Comunidade Porto do Capim, pesquisados nos arquivos da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa (2006), naquele ano, a população da área era de 650 (seiscentas e cinquenta) pessoas distribuídas em 180 unidades habitacionais. Deste total, 43,60% possuíam idade de até 18 anos, sendo 6,23% a percentagem de idosos. Com relação ao grau de escolaridade, 50% dos indivíduos possuíam apenas o ensino básico, enquanto 12,46% eram analfabetos. Com relação ao índice de empregabilidade, 26% integravam o mercado formal de trabalho, 11% desempenhavam atividades no mercado informal e 19% encontravam-se desempregados. Do total de residências, 35,55% eram chefiadas exclusivamente por mulheres, sendo que um terço delas retirava o sustento de atividades desempenhadas no próprio lar, a exemplo da lavagem de roupa. Economicamente, 15% das famílias dependiam da aposentadoria dos idosos. (Braga, *et al*, 2012, p. 57)

Situado no perímetro urbano do Centro Histórico de João Pessoa, capital da Paraíba, o Porto do Capim é, de facto, um espaço vivido, não apenas pelas manifestações culturais do seu povo, mas também por ser um lócus de rugosidades de um passado nem tão distante da cidade. As diferentes discussões a respeito do uso turístico do lugar representam papel importante na história e vem tomando destaque também na geopolítica atual do município de João Pessoa. Diante desta realidade, o Porto do Capim é trabalhado como território funcional, dentre outras coisas funcionando como recurso (de onde se tira o sustento) e abrigo. Este território, portanto, não o é por acaso, ele tem uma função dentro da sociedade que lá vive, que se caracteriza como uma “nação passiva” (Santos, 2012), sendo localmente enraizada. Segundo Santos (2012, p. 96-97):

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de

logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população.

Como base metodológica e bibliográfica, vale ressaltar a importante contribuição que livros sobre a história local, teses de mestrado, livros com abordagem sociológica, política, turística e filosófica e uma importante leitura prévia sobre aspectos gerais do local deram ao estudo.

A experiência empírica transforma a visão de mundo de um geógrafo. Nenhuma pesquisa coerente e aprofundada pode se limitar à sala de aula ou a uma ida à biblioteca. Faz-se necessário, para melhor apreensão do que se está a estudar, a experiência sensorial. Nisto, o filósofo Kant traz um debate muito interessante sobre a questão do processo do conhecimento, pois em sua época havia um amplo debate sobre a natureza do conhecimento – se era *a priori*, analítico ou racionalista; ou então se provinha sinteticamente, *a posteriori* ou de caráter empirista. Kant não propôs nem o racionalismo, tampouco o empirismo. Sua proposta era um idealismo transcendental, que traçava uma ponte ligando os dois pensamentos conflitantes, integrando o conhecimento.

Tendo em vista que, neste caso, história, política, turismo e meio ambiente são praticamente indissociáveis, sendo improvável trabalhar apenas um aspecto em detrimento de outros, procura-se, embora separando didaticamente em tópicos, trabalhar os diferentes pontos de modo integrado e completo, de modo que facilite a leitura e a compreensão da questão trabalhada.

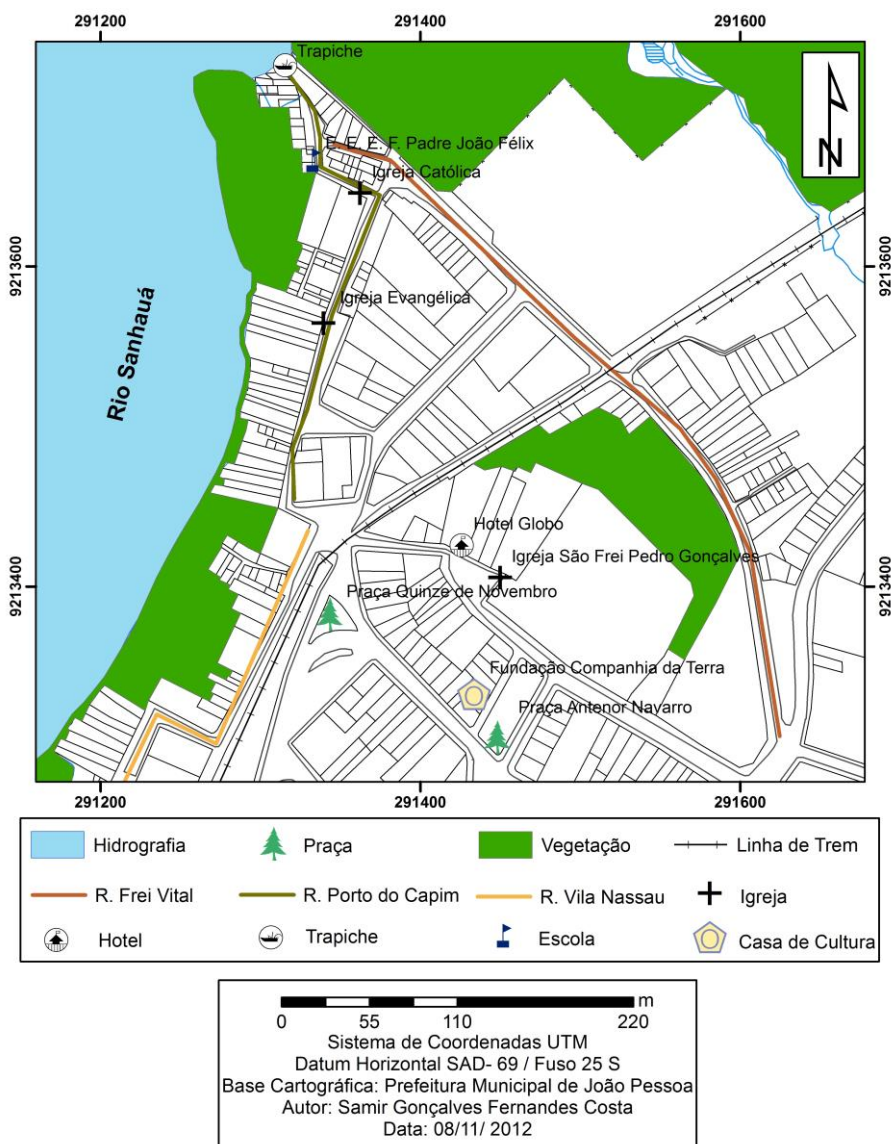
CAPÍTULO I

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO PORTO DO CAPIM

1.1 Localização da Área

A área de estudo localiza-se na porção oriental do Estado da Paraíba, Nordeste do Brasil, entre as Coordenadas UTM “290900” a “2915002” de longitude oeste e “9213000” a “9213700” de latitude sul. Inserida na poligonal de patrimonialização do IPHAN-PB.

Figura2- Mapa de localização do Porto do Capim



Fonte: Costa, 2012.

1.2 Aspectos Históricos

Tendo em vista as profundas transformações espaciais ocorridas na cidade de João Pessoa ao longo de seus pouco mais de 420 anos de história, o Porto do Capim, localizado no bairro do Varadouro, toma um lugar especial nesta discussão, visto que sua localização foi e é de natureza estratégica para a cidade, seja do ponto de vista econômico, comercial, geográfico e turístico.

O presente trabalho visa trazer à tona esta discussão, incluindo os diferentes modos de ocupação do espaço ao longo da história oficial da cidade de João Pessoa. De semelhante modo, busca-se caracterizar a situação territorial do Porto do Capim como um espaço passivo de ser turístico. Ora, sabemos, através de Santos que o principal elo entre a natureza e o homem é nomeadamente a técnica. Segundo Santos (2008, p. 29):

É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz, e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada.

A técnica diz respeito a toda a acurácia do homem aplicada na transformação do espaço, não esquecendo os avanços tecnológicos que cada época registra. Então, podemos concluir que o modo de ocupação daquele espaço foi se transformando ao longo do tempo, provocado por mudanças nos paradigmas sociais e econômicos que atingiram de modo macro a cidade.

Porém, a realidade é totalmente diferente do logicamente esperado (pressupondo que pudesse ser uma área valorizada e bem vista pelas autoridades). Os moradores são completamente esquecidos, vivendo sem apoio suficiente para desenvolver sua atividade primária (no caso, a pesca) e a mercê da lógica da imposição da técnica humana sobre a natureza, esta última fonte de sua sobrevivência. Segundo Santos (2008), a tecnificação das

relações de produção envolve uma superposição sobre a natureza. De acordo com relatos locais, ocasionalmente fábricas lançam resíduos químicos no rio, afetando a vida neste ecossistema e comprometendo a sobrevivência da população do Porto do Capim.

O processo histórico traz, nesta e em várias outras pesquisas, um elo de ligação muito forte entre a sociedade, o espaço estudado e as técnicas respectivamente utilizadas. Daí vem a importância insofismável da História e da relação desta com a Geografia e com a transformação da paisagem. Segundo Fausto (2012, p. 13):

Qualquer estudo histórico, mesmo uma monografia sobre um assunto bastante delimitado, pressupõe um recorte do passado, feito pelo historiador, a partir de suas concepções e da interpretação de dados que conseguiu reunir. A própria seleção de dados tem muito que ver com as concepções do pesquisador.

João Pessoa é considerada a terceira cidade mais antiga do Brasil, fundada oficialmente no ano de 1585, quase um século após a chegada da esquadra de Pedro Álvares de Cabral à atual Bahia, marco do descobrimento do Brasil.

Ora, o processo de posse e ocupação lusitana em terras mais setentrionais no Brasil foi dificultada por vários fatores, alguns de ordem natural, outros de ordem social, principalmente pela resistência nativa à presença portuguesa. Os portugueses, profundamente engajados na política mercantilista, buscavam alastrar seu domínio para o norte, onde havia certa ameaça advinda dos franceses, relutantes em aceitar a doutrina do “*Mare Clausum*”,¹ executando a pirataria do Pau Brasil e firmando acordos com os nativos, o que representava uma importante força política de resistência aos portugueses. Pode-se dizer que os lusitanos desejavam assegurar a posse territorial do Brasil

¹ Denominação em latim para o que em português soa como “mar fechado”, doutrina esta defendida por Portugal e Espanha, que assinaram o Tratado de Tordesilhas em 1492, “fatiando” o mundo a ser conhecido entre ambos, o que causou insatisfação em nações como França e Inglaterra, que começavam a ter um certo potencial marítimo para conquistar colônias, de demasiada importância para o Mercantilismo, fase do capitalismo que vigorava na Europa no século XVI.

nortenho. Segundo Bueno (2010, p. 79), a respeito do tratado de Tordesilhas:

De acordo com tais estipulações, os dois reinos ibéricos asseguravam não apenas a soberania sobre as “terras descobertas ou por descobrir” tanto no Ocidente como no Oriente: obtinham também, e acima de tudo, a exclusividade da navegação no oceano Atlântico. Era justamente contra a doutrina do “*maré clausum*” (mar fechado) que Francisco I erguia sua voz, já que os franceses – logo imitados por ingleses e holandeses – defendiam a tese do “*maré liberum*” (mar aberto à navegação para todas as nações).

Na Paraíba, isto se deu de forma peculiar. O litoral era dominado pelos potiguaras, que já há muito se fixaram nas terras litorâneas e nelas faziam seus recintos. Porém, poucas décadas antes da conquista, os tabajaras, que originalmente ocupavam o atual estado da Bahia, ocuparam o litoral meridional, fugidos de guerras e chegando pelos rios que davam acesso à Paraíba. Ora, os franceses se aliaram com os tabajaras, de modo muito diplomático, pois muitos deles se infiltraram na tribo e aderiram aos costumes nativos. Heterodoxamente, os portugueses, em sua maioria, rejeitavam qualquer ligação que fosse com os índios, considerando pecaminosos os costumes mantidos por eles.

Porém, neste contexto, para não ficarem desprovidos de apoio indígena, que seria muito importante, principalmente tática e logisticamente, os lusos fizeram uma aliança, por meio de João Tavares e Martim Leitão, que chegaram à Paraíba pelo Rio Sanhauá (nas margens do qual fica localizado o Porto do Capim) com os tabajaras, liderados pelo índio Piragibe, firmando um acordo de paz. Os conquistadores alcançaram a Paraíba através do rio que leva o mesmo nome, que em língua indígena significa “rio difícil de navegar”, o que na verdade era um erro de interpretação geográfica, pois eles estavam a navegar pelo baixo curso do rio São Domingos, daí terem a impressão de que se tratava de um rio propriamente ruim como um todo (Mello, 2008).

Desta aliança, entende-se erroneamente que a Paraíba fora conquistada, sendo que ainda havia potiguaras e franceses que dominavam boa parte do litoral. Para termos uma ideia, os tabajaras somente se renderam em 1599, quando foram capturados e aldeados, perdendo então sua força no litoral.

A partir da conquista de 1585, começou a ser pensado no local estratégico a ser construída a cidade. Notou-se que a cidade tinha dois tipos distintos de relevo, sendo um a planície flúvio marinha, nas imediações do rio Sanhauá, e um baixo planalto, ou o que se chama hoje de “Tabuleiro”. Geomorfologicamente, podemos concluir que uma falha divide a cidade em “alta” e “baixa”. Segundo Guerra (1998, p. 82):

Em termos geológicos, falha é uma fratura na crosta terrestre com deslocamento relativo, perceptível entre os lados contíguos e ao longo do plano de fratura. O fenômeno do falhamento pode ser observado em diferentes escalas de observação, desde a micro (microfalhas) à macro (falhas regionais) e, na maioria das vezes, são identificadas no campo, através de uma zona de falha, onde ocorrem indícios do material mecanicamente fragmentado e/ou triturado (brecha de falha).

Para além desta exemplificação, podemos destacar o que fala Araújo (2012, p. 19):

Em outros momentos, acompanhando a perfuração de alguns poços no centro histórico da cidade de João Pessoa, percebi que existia uma discreta descontinuidade altimétrica entre as camadas estratigráficas que se localizam nos setores alto e baixo da cidade. Para entender a existência desses dois setores é importante ressaltar que o núcleo inicial da cidade de João Pessoa desenvolveu-se sobre dois compartimentos do relevo: a planície fluviomarinha do Rio Sanhauá e o topo de uma elevação regionalmente denominada de Tabuleiro. Assim, a denominação “Cidade Baixa” faz referência à área no entorno do rio, próximo ao antigo Porto do Capim, denominada na atualidade de Bairro do Varadouro, e a denominação “Cidade Alta” diz respeito à ocupação sobre os Tabuleiros. Essa percepção induziu ao questionamento sobre a possibilidade da existência de uma falha geológica entre estes setores, o que explicaria a profusão de fontes existentes no entorno da colina que aninhava a cidade

em seus primeiros tempos (da conquista do território até meados do século XIX).

Vê-se o quanto o meio ambiente físico veio a influenciar o processo histórico, somente assegurando que todos os fatores (históricos, geográficos, culturais, sociais e físicos) estão intrinsecamente relacionados, num processo dialético e que não é mutuamente excludente e nem findado.

A rocha calcária era abundante e serviu tanto para a oferta de água potável quanto para a construção dos primeiros monumentos e igrejas. As igrejas, por sinal, foram importantes na forma de expansão urbana da cidade de Nossa Senhora das Neves. As ordens religiosas (jesuítas, franciscanos, beneditinos e carmelitas) fundaram suas congregações, dispondo-as em forma de cruz, a partir de então criando um modelo de urbanização.

O Porto do Capim recebe esta denominação em função de ter sido, nos primeiros tempos da conquista, o principal porto da cidade, e de onde também eram transportadas gramíneas (“capim”) para alimentar animais de carga, como asnos e cavalos. O local funcionava como “bolsa de valores” daquela época, por onde todos os produtos com os mais variados valores de troca entravam e saíam por meio de navios da cidade. Segundo Aguiar (1992, p. 149), um historiador saudosista e até romântico:

Esses navios traziam os produtos de que precisávamos, além de novidades da moda masculina e feminina. Os comerciantes desta praça recebiam com alegria os manufaturados que lhes iam proporcionar bons lucros. Tecidos ingleses pretos e solenes destinavam-se a confecção dos fraques e casacas dos homens de posição social relevante. Entre estes estavam os velhos bacharéis em Direito, que eram poucos, cultos e graves, além de respeitadíssimos. (Atualmente existe bacharel que é motorista de caminhão e servente da secretaria de Estado. A massificação do ensino superior no país levou-nos a isso. São os chamados bacharéis com x, pouco alfabetizados, ainda vacilantes na cartilha do ABC).

De fato, nota-se, por esta citação, a função comercial do porto na época imperial, o que, neste caso específico, não se

modificou, grosso modo, em grande escala em relação à época colonial, apenas saindo de cena o tal pacto colonial que ligava o Brasil à Metrópole. O autor relembra os adjetivos que tinham os homens que se formavam em Direito, curso ainda hoje elitizado, mostrando, em poucas palavras, o que eles representavam para aquela sociedade de fins do século XIX.

Ora, a estrutura social influenciou, de tal maneira, o modo de ocupação daquele espaço, principalmente e se agravando em causa à medida que o espaço passa a ser mecanizado, ou seja, quando da evolução da tendência do meio técnico-científico-informacional, momento em que, segundo Santos (2008, p. 37): “...o momento histórico em que a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência, de técnicas e de informação.”

O território do Porto do Capim sofre uma mudança significativa no seu uso principalmente na primeira década do século XIX, quando o “coração” econômico da cidade é deslocado para o centro e depois para a orla marítima. Segundo Braga (et al, 2012, p. 67):

Aquele trecho que margeia o rio Sanhauá nas imediações da área de fundação da cidade de João Pessoa foi motivo de muito interesse das primeiras famílias que se transferiram para o local após a desativação das atividades portuárias na década de 1940. Nessa época, a capital paraibana possuía muitas outras áreas com indefinição de propriedade, desde o centro até as praias. No entanto, essas famílias, geralmente chefiadas pela figura de um pescador, informaram à Capitania dos Portos o desejo de se estabelecerem ali e solicitaram a concessão (temporária) dos lotes. As mais recentes ocupações que contam menos de dez anos foram realizadas de modo proposital, com a astúcia política e legítima de garantir um futuro apartamento de quarenta e dois metros quadrados “prometidos” pela prefeitura àqueles que habitassem tradicionalmente o Porto do Capim e a Vila Nassau.

Com a implantação das ferrovias, que tenderam a se deslocar para o litoral norte, houve um começo de esquecimento do território estudado, sendo este habitado por pescadores que

moravam nas redondezas. Devido a interesses comerciais e corporativistas, é aprovado um projeto de construção de um porto no Rio Sanhauá no ano de 1922, para facilitar o escoamento da produção em larga escala, também refletindo nas áreas circuncindantes, que tiveram edificações removidas para promoção dos objetivos logísticos do projeto.

Figura 3: Vista do Porto do Capim em 1910. Na análise da paisagem, percebe-se a ausência de grande urbanização no local, com poucos empreendimentos.

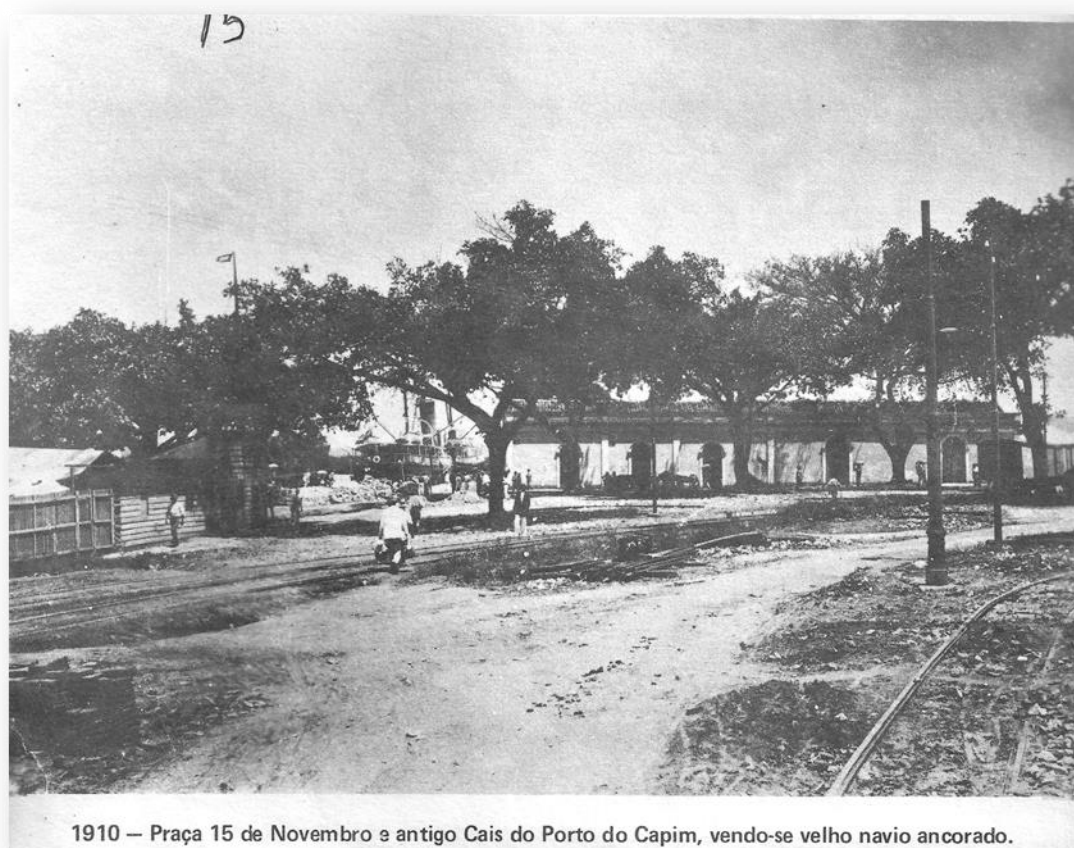


Foto: Acervo Struckt, 2012.

A obra era geologicamente inviável, devido ao regime intermitente do rio, mas teve grande apoio de grandes comerciantes e autoridades da época, típica de caráter clientelista, que predominava em larga escala no Brasil naquele contexto histórico de República Velha, de uma sociedade que

fazia a transição espacial campo-cidade, todavia não sendo acompanhada pela transição ideológica e social. Segundo Joffily (1983, p. 35):

Esclareça-se que ‘a irresistível pressão do comércio paraibano’ era exercida, por coincidência, pelos principais fornecedores de material de construção, os agentes de companhias de vapores, além dos interessados nas desapropriações de imóveis exigidas para abertura de desapropriações de imóveis exigidas para abertura de ‘largas avenidas’ de acesso ao ‘incomparável’ porto do Varadouro.

Depois do malogrado projeto (e desde sua concretização se sabia das consequências negativas que poderia trazer) de construção de um porto de grande porte no lugar, no governo de Epitácio Pessoa, o Porto do Capim entrou num processo de decadência contínua, passando a ser reduto da burguesia, um território apenas caracterizado como de lazer, que andava em lanchas de passeio no rio, e depois chegando a ser esquecido (ou quase esquecido), como permanece até hoje. Digo “quase esquecido” porque há ainda um projeto de revitalização do Porto do Capim, patrocinado pelo Governo Federal em parceria com a prefeitura municipal de João Pessoa. Este visa realocar a população em outros bairros e restaurar o prédio da Alfândega, que era o principal monumento do Varadouro na época colonial. A forma como a remoção é tratada por parte dos gestores municipais causa indignidade aos moradores, que se sentem desprotegidos e desamparados pelo Estado, sentem que vão ter de sair do seu “aconchego”, que será totalmente descaracterizado, transformado esteticamente para agradar somente ao traiding turístico.

De uma perspectiva existencial, podemos olhar para a população local do Porto do Capim, colocada à margem do chamado “desenvolvimento” da capital pessoense, em detrimento de políticas completamente utilitaristas e ultrajantes à ela. O utilitarismo é uma escola do pensamento filosófico e político nascido na Inglaterra no século XVII, que enfatizava a

necessidade de promover a satisfação e reduzir a dor e o sofrimento ao maior número de pessoas possível, com a finalidade de promover a felicidade. Porém, esta política é altamente prejudicial às minorias, que são postas ao lado neste cálculo felicífico. É justamente isto que ocorre no Porto do Capim. Segundo Sandel (2012, p. 16), na sua elaboração do que seja uma sociedade justa:

Em tempos de dificuldades, uma boa sociedade se mantém unida. Em vez de fazer pressão para obter mais vantagens, as pessoas tentam se ajudar mutuamente. Uma sociedade na qual os vizinhos são explorados para a obtenção de lucros financeiros em tempos de crise não é uma sociedade boa. A ganância excessiva é, portanto, um vício que a boa sociedade deve procurar desencorajar, na medida do possível.

E segundo o mesmo autor (opcit., p. 20):

Nos nossos dias, a maioria das discussões sobre justiça é a respeito de como distribuir os frutos da prosperidade ou os fardos dos tempos difíceis e como definir os direitos básicos dos cidadãos. Nesses campos predominam as considerações sobre bem estar e liberdade.

De fato, nossa sociedade impõe um modelo a ser seguido, e se este não for feito, corre-se o real risco de ser excluído. O capitalismo é dentro de si um sistema muito contraditório. Não há riqueza se não houver pobreza, não há patrões se não houverem empregados. O que vemos no Porto do Capim é a realidade de uma comunidade que representa a minoria numa sociedade utilitarista e elitista em que vivemos. A comunidade é explorada por classes que tem a ambição de terem suas vantagens atendidas. Na moral e ética kantiana, o homem é visto como um fim em si mesmo. Ou seja, para Kant é moralmente errado usar alguém para obter vantagens ou em benefício próprio. Os moradores do Porto do Capim somente são requisitados, na maioria das vezes, em épocas de eleições e com fins políticos. O poder é exercido de uma maneira ignorante e descabida. Vivemos numa sociedade completamente injusta e que não oferece bem

estar e liberdade razoavelmente satisfatória à maior parte da população. Para Marx, o fator econômico determina todos os outros fatores do capitalismo, inclusive os sociais, predestinando a sociedade a um fim contraditório. Segundo Bonavides (2007, p. 51):

Deduz-se do marxismo que todas as instituições sociais e políticas formam uma superestrutura, tendo por base de sustentação uma infraestrutura econômica. Essa infraestrutura é determinante, em última análise, de tudo quanto se passa em cima, sendo a função econômica decisiva, bem que não seja exclusiva, no influxo exercido sobre as instituições integrantes da chamada superestrutura social.

A localização do Porto do Capim em João Pessoa é central e fundamentalmente importante para o desenvolvimento da cidade, pois está situada numa localização próxima ao Centro Histórico da capital paraibana, e às margens do rio onde nasceu a cidade, o rio Sanhauá.

Há poucos anos atrás, por volta de 2005, funcionava um cortume na área do Porto do Capim. Porém, esta fábrica lançava poluentes no rio, matando os peixes. A população fez um abaixo assinado reivindicando a retirada de tal estabelecimento, sendo atendida pelo poder público. Hoje, esta área é um espaço completamente abandonado, em ruínas, que se apresenta como um local passivo de se tornar um recinto da marginalidade, visto que não há fiscalização, o acesso é muito facilitado e o local é abandonado. Segundo relatos, a fábrica só empregava homens, o que mostra ainda o caráter paternalista que tem a sociedade local, embora se deva reconhecer que majoritariamente o homem é mais bem visto para trabalhar em fábricas, devido à sua maior força e resistência a jornadas mais longas. A História mostra, cotidianamente, que é movida pelo descontentamento dos “de baixo”, do pensamento livre (e não do pensamento homogeneizador, vertical).

Os moradores se orgulham do local onde moram e dizem que, apesar dos problemas enfrentados, não vêem outro lugar

como residência. Isso mostra uma relação de topofilia com o espaço, ou seja, o amor ao lugar.

Há que se planejar uma reforma urbana, mas que integre todos de uma maneira harmoniosa e diplomática, olhando para as necessidades de cada cidadão. Infelizmente, o modelo corporativista de governo no qual vivemos, tem demonstrado profundo escárnio sobre esse aspecto, não só no Porto do Capim, mas nos “portos do capim” de diferentes espaços ao redor do Brasil e, porque não, do mundo.

1.3 Aspectos Físicos

Do ponto de vista ambiental, o Porto do Capim está inserido num ambiente sedimentar, de acumulação, nomeadamente num ambiente estuarino. Segundo Jatobá (2008, p. 185):

Estuário é uma forma de desembocadura fluvial aberta, onde a água doce, proveniente das áreas continentais, se mistura com a água do mar. Corresponde a uma zona de transição entre o continente e o mar, sendo muito utilizado pelo homem.

Então o Porto do Capim é uma paisagem marcada e transformada pela ação fluvial. Segundo Riccomini (*et al*, 2008, p. 192):

Rios, no sentido geral, são cursos naturais de água doce, com canais definidos e fluxo permanente ou sazonal para um oceano, lago ou outro rio. Dada a sua capacidade de erosão, transporte e deposição, os rios são os principais agentes de transformação da paisagem, agindo continuamente no modelado do relevo. São importantes para a atividade humana, seja como vias de transporte e fontes de energia hidroelétrica e de água potável, seja como supridores de recursos alimentares através da pesca e de água para irrigação.

De fato, o Porto do Capim tem como atividade primária predominante a pesca, bastante praticada como base de subsistência para boa parte da população local. Pode-se observar o quanto o meio ambiente local, neste caso específico e em tantos

outros, condiciona a sobrevivência da população. Na confluência do Rio Sanhauá com o Oceano Atlântico, existe a vegetação típica de mangue, que, segundo Rodriguez (2002, p. 33-34):

Nas desembocaduras dos rios e até onde exista influência das marés, aparecem solos lamacentos, salinos, pantanosos ou instáveis, com alto teor de matéria orgânica em decomposição, com ocorrência da vegetação arbórea ou arbustiva de mangue, bem adaptada a estas condições edáficas.

As espécies dessa formação vegetal apresentam algumas características essenciais para essa adaptação ao meio, por exemplo, raízes suportes e respiratórias.

O solo apresenta características extremamente seletivas no que diz respeito à biodiversidade local, pois possui um nível muito rarefeito de oxigênio, por causa da elevada quantidade de matéria orgânica em decomposição e de enxofre. Para sobreviverem e se adaptarem naturalmente ao meio ambiente no qual estão inseridas, as árvores típicas deste ecossistema utilizam-se de mecanismos como o das raízes adventícias, que se projetam para o ar livre em busca do oxigênio que não se acha no plano edáfico.

Por ser uma zona de transição biogeográfica, propicia fatores favoráveis para a reprodução de várias espécies de vida, pelo que também é um território para a implantação de serviços de pesca predatória, tendo em vista a demanda de bares e restaurantes à beira mar que tem, por assim dizer, a quase “obrigação” de fornecer apenas frutos do mar para seus clientes.

O Porto do Capim faz parte do domínio ecossistêmico estuarino do Rio Paraíba, que devido à pouca fiscalização, embora a legislação dê proteção a esta área, vem sofrendo, não de hoje, constantes agressões. Sobre isso, é importante citar o comentário de Seabra² (2010, p. 11):

Entre os impactos ambientais mais evidentes são apontados o depósito de resíduos sólidos à margem dos rios, sendo transportados pela maré e acumulados nas

² In: Silva, Juliana Maria Oliveira. Gestão dos recursos hídricos e planejamento ambiental. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

croas ou nos manguezais; despejo de esgoto no rio Paraíba e afluentes; e a erosão na margem do canal do Forte Velho, ocasionada pela ocupação indevida e pela retirada da vegetação ciliar e do mangue. Este processo associado ao crescente desmatamento nas margens dos rios e córregos estuarinos fornece grande quantidade de sedimentos, causando assoreamento e alargamento da lâmina de água no canal de Forte Velho no leito do rio Sanhauá.

O mangue ou o ambiente estuarino está desde os primórdios da história ligado à sobrevivência e subsistência do homem, como bem explica Dean (1996, p. 42):

Com o declínio dos grandes animais de caça, alguns dos homens que ainda exploravam a atividade mudaram-se para a margem das baixadas do continente: para eles, eram os domínios mais distantes de suas expedições. As baixadas, na época, eram um tanto maiores que agora, porque o nível do mar ainda estava muitos metros abaixo daquele de épocas posteriores. Grande parte da costa era protegida por recifes ou bancos de areia, que permitiam a formação de estuários de maré, verdadeiros lagos de acumulação de nutrientes arrastados por rios e riachos. Ali os exploradores encontravam pântanos de mangues e, presas ao manguezal, ostras de mangue. Uma economia maravilhosamente conveniente – quase nenhuma energia ou técnica eram necessárias para colher proteína das árvores! Acampavam em lugares protegidos, coletavam os moluscos abundantes e atiravam as conchas por cima dos ombros. Logo se acumularam pilhas enormes de conchas de amêijoas, mariscos, mexilhões e ostras das árvores e da lama.

A Paraíba é protegida por recifes, sejam eles formados pela consolidação de grãos de arenito, sejam formados por organismos coralígenos, fazendo com que a maré não transgrida, ou seja, não avance para o interior do continente. Isto permite a formação dos estuários. O desequilíbrio ambiental crescente é o mesmo que destrói outros ecossistemas, não só o Porto do Capim. A expansão da produção industrial aliada à falta de planejamento político e logístico, que obriga a retirada da vegetação e polui os rios com resíduos de fábrica, como foi com o já referido cortume.

A área do ecossistema de mangue é uma Unidade de Conservação, que segundo Oliveira (2010, p. 8):

As unidades de conservação (UC) são espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. Estas áreas asseguram às populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais de forma racional e ainda propiciam às comunidades do entorno o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis. Estas áreas estão sujeitas a normas e regras especiais. São legalmente criadas pelos governos federal, estaduais e municipais, após a realização de estudos técnicos dos espaços propostos e consulta à população.

O mangue tem uma natureza especial neste contexto, pois além de sua importância fisiológica para o equilíbrio do ecossistema como um todo, fornece suporte para a reprodução de espécies importantes de animais como caranguejos e camarões, servindo como um berçário para essas espécies.

Afirmadas tais coisas, pode-se concluir que é necessária e de extrema importância a preservação do mangue, visando a sua sustentabilidade tendo em vista as gerações futuras. Políticas de educação ambiental que abrangessem toda a população seriam importantes instrumentos para tal cenário.

No último encontro ambiental de nível mundial, realizado no Rio de Janeiro em 2012, o Rio +20, ficou concordado entre todas as nações participantes no relatório final, que o desenvolvimento sustentável se daria apenas em um conjunto que funcionaria com a eliminação da pobreza, inclusão social, crescimento econômico e preservação dos recursos naturais. Ou seja, teoricamente não podemos ter um desenvolvimento sustentável sem erradicarmos a pobreza e incluirmos os que estão do “lado de lá” no processo de desenvolvimento. Não se pode deixar os menos favorecidos afastados do processo de desenvolvimento sustentável.

A alegação de que não há uma educação ambiental aceitável por parte da população que lá reside é utilizada como um disfarce para a omissão do poder público em prol da população do Porto do Capim, que segue desassistida no que diz respeito a saneamento básico e encanamento, sob a alegação de que se caracteriza como um aglomerado subnormal, o que omitiria o poder público de maiores responsabilidades neste caso. Mas deve-se levar em conta que a energia elétrica é cobrada da mesma maneira e que, neste, como em vários outros casos de tarifação, o Porto do Capim faz, sim, parte da cidade de João Pessoa. Não há educação ambiental sem assistência estatal. Segundo Braga (*et al*, 2012, p. 29):

Não se pode exigir de um morador que nunca teve acesso a um espaço de lazer de qualidade, a um tratamento de esgoto, a um transporte público de qualidade, a uma saúde de qualidade, enfim, a um bem estar dentro de seu próprio bairro, não se pode exigir que ele construa amor àquele lugar. O que dirá exigir que preserve aquele bairro! Ao mesmo tempo, contraditoriamente, esse mesmo morador é “culpado” e “perdoado” por todo o seu silêncio, por ter aceitado tudo o que o planejamento urbano e tecnicista lhe impôs de cima pra baixo. Os mesmos cuidados e preocupações que, normalmente, temos com nossas propriedades privadas deveríamos também ter com nossos espaços públicos. O bairro e a cidade também são nossos lares. Se não há mais interesses coletivos, como garante o apocalipse pós-moderno, que pelo menos os interesses individuais de viver e conviver da melhor maneira possível possam um dia alavancar políticas nascidas na relação cotidiana dos cidadãos com os lugares.

CAPÍTULO II

ASPECTOS: CULTURAIS E TURÍSTICOS DO PORTO DO CAPIM

2.1 Aspectos Culturais

A cultura é muito importante para a identidade (enquanto aspecto de singularidade e de diferenciação) de uma sociedade. Desde os primeiros tempos de ocupação humana no Brasil, as manifestações das sociedades primitivas eram as que predominavam. Manifestações rústicas, elementares e lúdicas para a época, sendo rigidamente hereditárias, sendo assim por várias gerações. Uma definição completa e coerente do que seja cultura é apresentada por Eliot (2011, p. 136):

Por 'cultura', então, quero dizer, acima de tudo, o que os antropólogos dizem: o modo de vida de um povo em particular que vive junto em um lugar. Essa cultura torna-se visível em suas artes, em seu sistema social, em seus hábitos e costumes, em sua religião. Tais coisas somadas, porém, não constituem a cultura, embora frequentemente falemos por conveniência como se o fizessem. Tais coisas são simplesmente as partes em que uma cultura pode ser dissecada, como um corpo humano. Assim, porém, como um homem é mais do que o ajuntamento de suas artes, costumes, e crenças religiosas.

A cultura se enlaça com o conceito de “modo de vida” ou “genre de vie” que o possibilismo lançou, afirmando que um determinado povo com suas características específicas e peculiares busca um determinado espaço físico para se apropriar com o intuito de lá poderem se reproduzir socialmente e sobreviver. Esta ideia deu projeção na ciência geopolítica ao alemão Ratzel.

Com a chegada dos europeus e colonizadores, este quadro muda, pois temos a imposição de uma cultura em detrimento de outra, ou seja, valores são radicalmente alterados e introduzidos

novos costumes e práticas. E isto se manifesta principalmente na religião, um aspecto fundamental na formação cultural de qualquer civilização, pois introduz uma série de valores abstratos e crenças sobrenaturais que influenciam todo um pensar e agir de um povo. No caso indígena esta crença se justificava na força da natureza, onde tudo se tinha como vontade dos diferentes deuses que por eles era controlada. Existiam deuses responsáveis pela colheita, pelas chuvas, pelo sol, pelos rios e outros mais ligados à dinâmica da natureza. Importante que se diga que este modo de pensar remete-nos a correlacionar com os costumes de outros povos e da mitologia de um modo geral, que visava atribuir uma visão divina a elementos naturais, influenciando fortemente a cultura popular nas mais diversas partes do mundo.

O cristianismo coibiu a maioria, senão todos os costumes primitivos. A visão de um deus único, onipotente, onipresente e onisciente batia de frente com a visão politeísta que tinham os índios. Não só a visão teológica, mas os diferentes costumes tiveram de ser reeducados, isto se dando de modo mais intenso e intensivo nas chamadas missões ou reduções, que eram comunidades fechadas em um espaço destinado exclusivamente à prática de ações cristãs e disciplinadoras, visando mudar o pensamento dos indivíduos que por ela eram absorvidos.

Por esta breve explanação, temos uma noção do quanto o pensamento religioso influencia uma cultura. No caso estudado, a população ribeirinha do Porto do Capim é predominantemente católica, seguindo-se a prática da procissão em homenagem à Nossa Senhora de Conceição, padroeira dos pescadores, cuja imagem é carregada até a Ilha da Santa, em direção ao Litoral Norte do estado (Ver **Figuras 4, 5 e 6**).

Figura 4: Procissão de Nossa Senhora da Conceição, seguida pelos pescadores do Porto do Capim. Ocorre no dia 8 de Dezembro.



Figura 5: Moradora do Porto do Capim na ilha da Santa, mostrando sua devoção dentro da capela.



Fonte: SILVA, 2011.

Fonte: SILVA, 2011.

Figura 6: Procissão de Nossa senhora da Conceição nas ruas do Porto do Capim.



Fonte: SILVA, 2010

Dentre as inúmeras referências a este termo, cultura, vale salientar que poucas vezes se define ou se entende como elemento social que é e com a importância que a ela se tem que dar. Segundo Eliot (2011, p. 23):

O termo cultura tem diferentes associações, caso tenhamos em mente o desenvolvimento de um indivíduo, de um grupo ou classe, ou do conjunto da sociedade. É parte da minha tese que a cultura de um indivíduo é dependente da cultura de um grupo ou classe, e que a cultura de um grupo ou classe é dependente da cultura do conjunto da sociedade à qual pertence aquele grupo ou classe. É a cultura da sociedade, portanto, que é fundamental, e é o significado do termo “cultura” em relação ao conjunto da sociedade que deve ser primeiramente examinado.

A cultura, portanto, é socialmente produzida. Para Eliot (2011), três são os elementos chave de uma cultura: a estrutura orgânica, a religião (já falada) e o regionalismo. Ora, a estrutura orgânica diz respeito à transmissão de valores de pai para filho, isto de geração em geração. Encontramos este caso representado no espaço estudado, o Porto do Capim, na medida em que se veem casos de filhos que aprendem a pescar e auxiliam os pais nesta atividade, tendo isso como um valor intrínseco em sua formação enquanto cidadãos. Os pais, que sustentam a família com a pesca e seus produtos, transmitem os valores aos filhos, não sendo somente estes valores limitados ao aprendizado da profissão, mas na crença em padroeiros que “abençoam” o trabalho, que trazem os peixes, e sua devoção a eles, aí se podendo incluir o segundo elemento, não sendo uma relação mutuamente excludente.

Concomitante à ideia de cultura, temos o conceito de patrimônio cultural, que é definido por Silvestrin (S/D, p. 4):

As palavras que formam o termo ‘patrimônio cultural’ explicitam os sentidos básicos para a compreensão do que se trata esse conceito. A primeira nos remete à ideia mesma de valor, algo importante, que se acumula e se transmite através do tempo e das gerações, que se constitui como ‘herança’. E cultural, claro, porque se

refere ao campo da cultura, que se expressa através de práticas e bens culturais.

O patrimônio enquanto termo conciliador da sociedade funciona como um elã em direção ao resgate histórico da função de determinado elemento para um povo. Funciona como uma espécie de “elã vital”, cuja teoria foi exposta pelo filósofo Henri Bergson. Dizia ele que pode-se apreender as coisas como conhecimento de modo direto (através da razão) e de modo intuitivo (este mais voltado para o empirismo), e que este modo intuitivo se alcançaria através deste tal “elã vital”, que seria uma espécie de intuição empírica para apreensão do conhecimento da visão de mundo que se tem. Então, o patrimônio funciona como uma verdadeira “ponte” entre um povo e suas raízes, seu passado, seus traços em comum, conduz verdadeiramente a uma identidade social. Tendo em vista a tofília, a população do Porto do Capim não é somente população, dado estatístico. É povo. Segundo Bonavides (2007, p.83): “O povo é compreendido como toda a continuidade do elemento humano, projetado historicamente no decurso de várias gerações e dotado de valores e aspirações comuns”.

A questão regional vem bem a calhar com a discussão, pois é outro elemento diferenciador de uma sociedade, o seu regionalismo, sua rejeição em se integrar ao global, sua preferência em se manter local. Isto é perceptível no local estudado, pois ele oferece uma resistência a novos valores, costumes e imposição da sociedade que é, segundo Santos (2012, p.54), globalitarista, pois impõe, de modo totalitário, um caminho global de novos valores a serem seguidos:

Na esfera da sociabilidade, levantam-se utilitarismos como regras de vida mediante a exacerbação do consumo, dos narcisismos, do imediatismo, do egoísmo, do abandono da solidariedade, com a implantação, galopante, de uma ética pragmática individualista. É dessa forma que a sociedade e os indivíduos aceitam dar adeus à generosidade, à solidariedade e à emoção com a

entronização do reino do cálculo (a partir do cálculo econômico) e da competitividade.

De fato, no modelo capitalista de relações sociais, não se prevalece mais a solidariedade quase primitiva que há entre os moradores da comunidade do Porto do Capim. Chama-se comunidade não sociedade. Na comunidade, a vontade é essencial, ao passo que na sociedade, ela é arbitrária (Bonavides, 2007). Ainda se prevalecem valores abstratos que tem enormes virtudes morais, como a solidariedade e o pensamento altruísta.

De fato, o poder central do Estado na esfera política-administrativa pouco ou nada atende as reivindicações dos moradores do Porto do Capim, sendo eles obrigados a organizarem manifestações culturais como forma de atrair a atenção da mídia e da população para sua causa e para esta desigualdade que há.

No fenômeno atual da globalização é notável a tentativa de se homogeneizar todos os elementos, sejam eles naturais ou sociais, inclusos numa mesma fôrma feita e elaborada sob as rédeas das classes dominantes, homogeneizadoras, verticais, que buscam, via de regra, seus objetivos, através de um discurso cheio de retórica e de propaganda, favorecendo-se da escassez de educação, seja ela abecedária no alfabeto, seja ela política. Não é raro ouvir-se relatos de moradores do Porto do Capim de promessas de campanha eleitoral que não foram sequer revistas ou discutidas, e isto partindo de moradores decenários do local. Santos (2012, p. 19) já afirmava:

Fala-se, igualmente, com consistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil.

O mesmo autor (Santos, 2012, p. 21) falava em três tipos de globalização: a globalização como fábula (uma visão positiva do fenômeno, usando o poder construtor de opiniões da mídia,

passando uma ideia romântica e demasiado maravilhosa do que seja mesmo a globalização, parecendo até que todos os indivíduos são beneficiados e que chegamos, se olharmos para a filosofia de Hegel, na fase final do espírito do mundo na História, um bem inevitavelmente necessário e bondoso); a globalização como perversidade: mostra a real face do que é a globalização, com os problemas sociais crescentes, como o desemprego, a falta de infra-estrutura em espaços marginalizados, e a não assistência aos menos favorecidos, caminhando cada vez mais para um mundo utilitarista); finalmente, uma outra globalização, cuja citação chave revela o seu caráter:

Trata-se da existência de uma verdadeira sociodiversidade, historicamente muito mais significativa biodiversidade. Junte-se a esses fatos a emergência de uma cultura popular que se serve dos meios técnicos antes exclusivos da cultura de massas, permitindo-lhe exercer sobre esta última uma verdadeira revanche ou vingança.

Recentemente, movimentos de ocupação popular do território do Porto do Capim foram realizadas, usando para a divulgação a própria mídia, que noticiou as reivindicações da população e sua não-aceitação ao projeto do governo municipal à tentativa de “revitalizar” a área, a criar um espaço ecológico. Aí vemos a globalização como fábula. O poder público mascara e fantasia o projeto para ampliar a aceitação popular e passar uma boa imagem à opinião pública, todavia esquecendo-se do bem estar da população local, que seria removida para outros espaços, que para eles são alheios, estranhos. Santos (opcit, p. 39):

Estamos diante de um novo “encantamento do mundo”, no qual o discurso e a retórica são o princípio e o fim. Esse imperativo e essa onipresença da informação são insidiosos, já que a informação atual tem dois rostos, um pelo qual ela busca instruir, e um outro, pelo qual ela busca convencer. Este é o trabalho da publicidade.

A globalização pretende impor um modelo único de gestão do território para realidades diferentes de cada forma de cultura. Assim, este fenômeno da verticalização, que quer a tudo dar uma fluidez absoluta (removendo, para alcançar este objetivo, até mesmo pessoas de seus respectivos lugares) se depara com o da horizontalização e o regional procura impor uma resistência ao modelo global. É o que acontece no nosso caso. Mostram uma relação de territorialidade absoluta com o espaço vivido. As mesmas bases dão sustentação à política, cultura, economia e linguagem do lugar, caracterizando seu modo de vida. Os moradores da comunidade com seu modo de vida e sua cultura mostram resistência ao modelo “moderno”, “desenvolvimentista”, porém desumano e egoísta.

Ora, não é preciso se chegar a nível internacional para se entender o contexto do trabalho. No modelo geoeconômico globalizado, o que se é quase uma regra é um resgate do que era chamado por Adam Smith, clássico e importantíssimo economista, de *laissez faire*³, ou neoliberalismo econômico, ou seja, a intervenção mínima do Estado numa economia capitalista e globalizada. Mas atualmente, em detrimento de populações que sofrem literalmente este efeito negativo por serem praticamente desassistidas social e politicamente, as classes mais altas são beneficiadas por estas políticas que visam, muitas das vezes, apenas o bem estar do turista que visita o local e o que ele vai achar do mesmo.

Existe a importância de intelectualizar estas manifestações culturais, dar a elas um sentido, uma racionalidade, um entendimento do que se quer e porque se quer, se bem que existe o paradoxo de que, nem sempre todas as pessoas que contribuem com a cultura são necessariamente “pessoas cultas”. Segundo Eliot (2011, p. 26):

³ Etimologicamente, a expressão soa em português como “deixe acontecer”, ou “deixe estar”. Tinha em sua cerne a ideia de que o mercado movimentado por si mesmo e tinha vida própria, sendo regulado pela “mão invisível e pela lei da oferta e da procura. Estas ideias marcaram o que se chama de fase clássica da Economia, além de ser de importância singular na evolução desta ciência.

As pessoas estão sempre dispostas a se considerarem cultas com base em sua excelência em particular, quando na verdade não apenas lhes faltam as demais como, mais que isso, sequer percebem o que lhes falta. Um artista de qualquer tipo, mesmo um grande artista, não chega a ser, por essa simples razão, um homem de cultura: artistas frequentemente não são apenas insensíveis às outras artes para além daquelas que exercem, como por vezes tem péssimos modos ou escassos dons intelectuais. A pessoa que contribui para a cultura, por mais importante que possa ser sua contribuição, não é sempre uma 'pessoa culta'.

2.2 Aspectos Turísticos

Trata-se de um território atualmente sem turismo, definidos, por Cruz (2002, p. 18):

O conceito de território corresponde a frações funcionais (Santos, 1997) do espaço. Corresponde ao espaço funcionalizado, apropriado por determinados atores sociais (que lhe atribuem determinadas funções), num dado momento histórico. Daí, ao nos referirmos a espaços apropriados pelo turismo, ou seja, a porções do espaço funcionalizadas pelo turismo, utilizamos o conceito de território turístico, adotado por Knafou (1996).

É evidente a carência de informações e documentos históricos mais apurados e a depredação do patrimônio tangível, sendo ambos fatores relevantes na investigação da pesquisa. Para elaboração deste projeto, utilizou-se como recurso o próprio local, com a ida a campo com o objetivo de coletar dados primários, realizar entrevistas (que se transformaram por vezes em conversas informais) com moradores locais e obter fotografias que ajudassem a ter uma informação mais profunda do local, visto que estas podem ser observadas e analisadas em diferentes vezes e por diferentes pontos de vista.

Após a mudança do centro comercial da cidade se dar em favorecimento da área litorânea em detrimento do centro, o Porto do Capim é relegado e desvalorizado, tanto em termos sociais

quanto em termos econômicos, embora esteja tão próximo do Centro Histórico. Hoje, convém estudarmos o modo como o solo urbano está sendo usado pelo fato de termos uma base teórica para entendermos este processo, de modo que sejam levados em consideração os principais fatores que expliquem esta causalidade, não esquecendo a individualidade de cada elemento, que traga no seu arranjo uma determinada identidade potencialmente modificadora do modo de vida local.

Figura 7: Paisagem de intersecção do Porto do Capim com o Centro Histórico, vista a partir do rio Sanhauá (ao fundo, vê-se a Igreja de São Frei Pedro Gonçalves).



Fonte: SILVA, 2011

O turismo, enquanto atividade econômica nos dias atuais, ocupa-se em apropriar-se de determinadas porções do espaço que ganham apreço cultural de uma determinada parte ou maioria da sociedade, sendo necessário para isso que haja três elementos básicos e primordiais: o turista, o mercado e os planejadores e

gestores territoriais (Knafou, 1996)⁴. A trabalhar estes três elementos, podemos identificar uma estreita relação com a modificação do lugar Porto do Capim no decorrer do processo histórico da capital paraibana. Há dois marcos que ilustram bem esta informação, nomeadamente o malogro da construção do porto para navios de maior calado – nas primeiras décadas do século XX, no governo epítacista, onde o discurso do progresso e da modernidade tomavam as rédeas das ações políticas – e o atual projeto da prefeitura municipal de João Pessoa em parceria com o Governo Federal de “revitalizar” a área, utilizando para isso medidas extremas, como a de retirar os moradores do bairro, excluindo a identidade do local, tendo em vista que estes atores sociais – os moradores – são peça fundamental na constituição do que se chama “Porto do Capim”, um bairro formado por moradores que vivem basicamente da atividade primária, nomeadamente da pesca artesanal, e que manifestam todo o seu modo de vida no local. Ora, as expressões culturais são as marcas registradas desta população. Esta proposta do poder público para o Porto do Capim visa transformar o espaço em um território turístico.

É sabido que o turismo, enquanto atividade econômica e modificadora do espaço e das relações sociais, necessita apropriar-se de um espaço para dele fazer uso e ditar sua função dentro de sua proposta. No modo de produção capitalista, o turismo exclui o habitante original do território do processo de crescimento e atração do lugar, sendo que este se torna um espaço autóctone excludente. Segundo Hobsbawm (1995, p.24), a respeito das múltiplas reformas que o capitalismo outorga a uma determinada sociedade, citando uma em especial, que se relaciona especialmente ao contexto que é trabalhado aqui:

A terceira transformação, em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente. Isso ficou muito evidente nos países mais

⁴ In: Cruz, Rita de Cássia. Política de Território e Turismo. São Paulo: Contexto, 2002.

desenvolvidos da versão ocidental de capitalismo, onde predominaram os valores de um individualismo associal absoluto, tanto nas ideologias oficiais como nas não oficiais, embora muitas vezes aqueles que defendem esses valores deplorem suas consequências sociais

Na referida citação do conceituado historiador egípcio-inglês Eric Hobsbawm, o capitalismo, entendido aqui como modo de produção e como um revolucionário meio de transformação da sociedade feudal, na transição da Idade Média para a Idade Moderna, quando as relações sociais em alguns países europeus (nomeadamente a França) eram arcaicas, mostra-se completamente ignorante a respeito de um passado simbolizado por culturas, ideologias, rugosidades e outros fatores, mostrando-se que se quebram pontes que ligam gerações.

Do mesmo modo, no Porto do Capim, quando se fala em retirar os moradores para se colocar concreto, se menciona entrelinhas a quebra da tofília geracional daquela população com o lugar. Muitas pessoas lá vivem há duas ou três gerações (entre 50 e 75 anos) e, portanto, é irremediavelmente forte o elo e a relação homem-espaco existente ali. Na psicologia, poderíamos dizer que existiu uma verdadeira constituição de uma forte “psicologia temporal”, que segundo Gianetti (2012, p. 156), é definida da seguinte maneira:

A psicologia temporal é o resultado da formação educacional em sentido amplo. Os elementos-chave desse processo são a família, a educação formal, as influências religiosas e culturais, e o mundo do trabalho. As regras do jogo, por sua vez, são as oportunidades e riscos, os incentivos e instituições em meio aos quais os jogadores identificam e avaliam as alternativas que se apresentam a eles, e fazem as suas apostas intertemporais. Essas duas variáveis têm uma realidade própria e interagem entre si. As regras do jogo afetam a psicologia temporal dos jogadores, mas também refletem, em certa medida, os seus valores e preferências. Alguns exemplos históricos permitem elucidar a forma de atuação dessas variáveis e suas implicações gerais

Dito isto, podemos observar o modo pelo qual é construída esta topofilia, este elo morador – bairro, que existe tão fortemente no Porto do Capim. Segundo Tuan (1980, p. 285):

O grupo, expressando e reforçando os padrões culturais da sociedade, afeta fortemente a percepção, a atitude e o valor que seus membros atribuem ao meio ambiente. A cultura pode influenciar a percepção de tal modo que as pessoas verão coisas que não existem: pode causar alucinações em grupo[...]A percepção e os julgamentos das pessoas nativas e dos visitantes mostram pouca coincidência porque suas expectativas e propósitos pouco têm em comum.

O turismo não pode retirar de lá os moradores, pois se isto é concretizado, se retira uma parte importante na construção deste território, além de serem gerados conflitos sociais e problemas urbanos. Para onde vão estes moradores? Existe uma política pública de habitação que possa contemplar a todos, sem distinção, e que possa oferecer uma moradia de qualidade? E se existe, como vai devolver o gosto pelo lugar ao indivíduo que de lá sai? Penso que esta única questão anula todas as respostas afirmativas ou positivas das perguntas anteriores, pois ela não tem resposta.

CAPÍTULO III

PROJETO DE REVITALIZAÇÃO PROPOSTA PARA O PORTO DO CAPIM

3.1 Processo Histórico da criação do Projeto de Revitalização

O projeto de revitalização do Porto do Capim teve seu início no convênio entre elaboração de um Projeto de Revitalização das áreas de fundação da cidade. A Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) se interessou pelo projeto com a justificativa de que João Pessoa, no momento de maior efervescência portuária e comercial e, conseqüentemente, de edificação do casario do Varadouro, hoje Patrimônio Cultural do Brasil, fazia parte do antigo Império da União Ibérica.

A primeira ação concreta do convênio foi à realização do estudo sistemático do nosso Centro Histórico por uma equipe de técnicos formada por espanhóis e brasileiros, este estudo apontou os potenciais e os problemas existentes em nosso centro histórico, bem como apresentou possíveis soluções e aproveitamentos para este patrimônio, traduzidos na formulação do PROJETO DE REVITALIZAÇÃO INTEGRAL DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA, e na criação de seu gestor a COMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA, em 24 de novembro de 1987.

A implantação de suas ações contidas no Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa propiciou a ampliação da importância cultural, social e turística da área que antes de 1987 não representava um atrativo a ser aproveitado, hoje ele integra-se de forma positiva ao conjunto de atrativos culturais, sociais e turísticos da cidade.

Segundo o IPHAN-PB no Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, tem uma importância para os gestores já que esse lugar era conhecido como o Porto do Varadouro, popularmente conhecido como Porto do Capim, desde o início da

colonização no século XVI foi o principal entreposto da cidade de João Pessoa, fazendo a conexão do interior com os outros Estados. Localizado a beira do Rio Sanhauá, era neste porto onde todo o comércio do atacado e varejo funcionava, e onde, conseqüentemente, eram realizados os grandes negócios da cidade.

3.2 Objetivos do Projeto de Revitalização

O plano procura desenvolver um conjunto de ações que visam o aproveitamento pleno e sustentável da área, tendo por princípio o equacionamento dos seguintes problemas-chaves:

A quebra do vínculo histórico entre o Rio Sanhauá e a cidade; A subutilização das antigas edificações portuárias;

A presença de populações carentes (Comunidade Porto do Capim); A obsolescência da infraestrutura urbana; A degradação dos espaços e logradouros públicos; A degradação do meio ambiente.

Segundo a Comissão neste sentido, as primeiras ações de restauração e revitalização implantadas segundo o Plano Setorial atingiram os seguintes monumentos e espaços históricos: Antigo Hotel Globo (1994), Praça Antenor Navarro (1998), Faixa de Domínio Linha Férrea – 1ª Etapa (2000), Estação Ferroviária (2000), Igreja de São Frei Pedro Gonçalves (2002), Memorial da Arquitetura Paraibana – Prédio Nº 02 (2002) e o Largo e a Ladeira de São Pedro Gonçalves (2002).

O Plano Setorial, focada na revitalização do antigo porto é composto pelas seguintes ações:

Relocação da Comunidade Porto do Capim: com a construção de novas unidades habitacionais, dotadas de infraestrutura, bem como, de equipamentos de apoio social e econômico;

Implantação da Praça Porto do Capim: com a reurbanização da área atualmente ocupada pela favela (antigo cais do porto), e transformando-a em praça para eventos e contemplação, e a

execução de píer flutuante para atracamento de embarcações turísticas (Ver Figuras 7).

Figura 8: Maquete da praça de eventos do projeto de revitalização da área.



01 - Praça Porto do Capim -Eventos
02 - Atracadouro (Pier) Flutuante
03 - Rampa para Embarcações
04 - Museu da Cidade - Uniodade Colônia

05 - Centro de Referência da Cultura Popular
06 - Centro de Serviços Turísticos
07 - Arquibancada para o rio
08 - Comunidade porto do Capim
09 - Palco para shows

Fonte: IPHAN/2005

Restauração e Requalificação dos Edifícios da Antiga Estrutura Portuária:

Requalificação dos Espaços Públicos: com a reurbanização da Praça XV de Novembro e das ruas Visconde de Inhaúma, João Suassuna, Porto do Capim e Frei Vital.

Estão previstos os investimentos de recursos provenientes do Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Estado da Paraíba – PRODETUR, Ministério do Turismo, Programa de Subsídio Habitacional da Caixa Econômica Federal – CAIXA, Concessionárias de Serviços Públicos e Iniciativa Privada, que contemplam a maior parte das intervenções físicas. Além de recursos do PAC.

Como parte do projeto proposto pelo PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), incluiu o projeto de “revitalização” do Porto do Capim e Vila Nassau.

Propostas de revitalização são modelos copiados e fadados a morte do espaço vivido. Revitalizar os centros históricos das capitais brasileiras, fruto de uma nova visão e perspectiva sociológica e cultural que se notou no Brasil, à medida em que as cidades mudavam a direção do seu crescimento e determinados territórios, antes com funções peremptórias, fossem relegados à marginalização. Segundo Braga (*et al*, 2012):

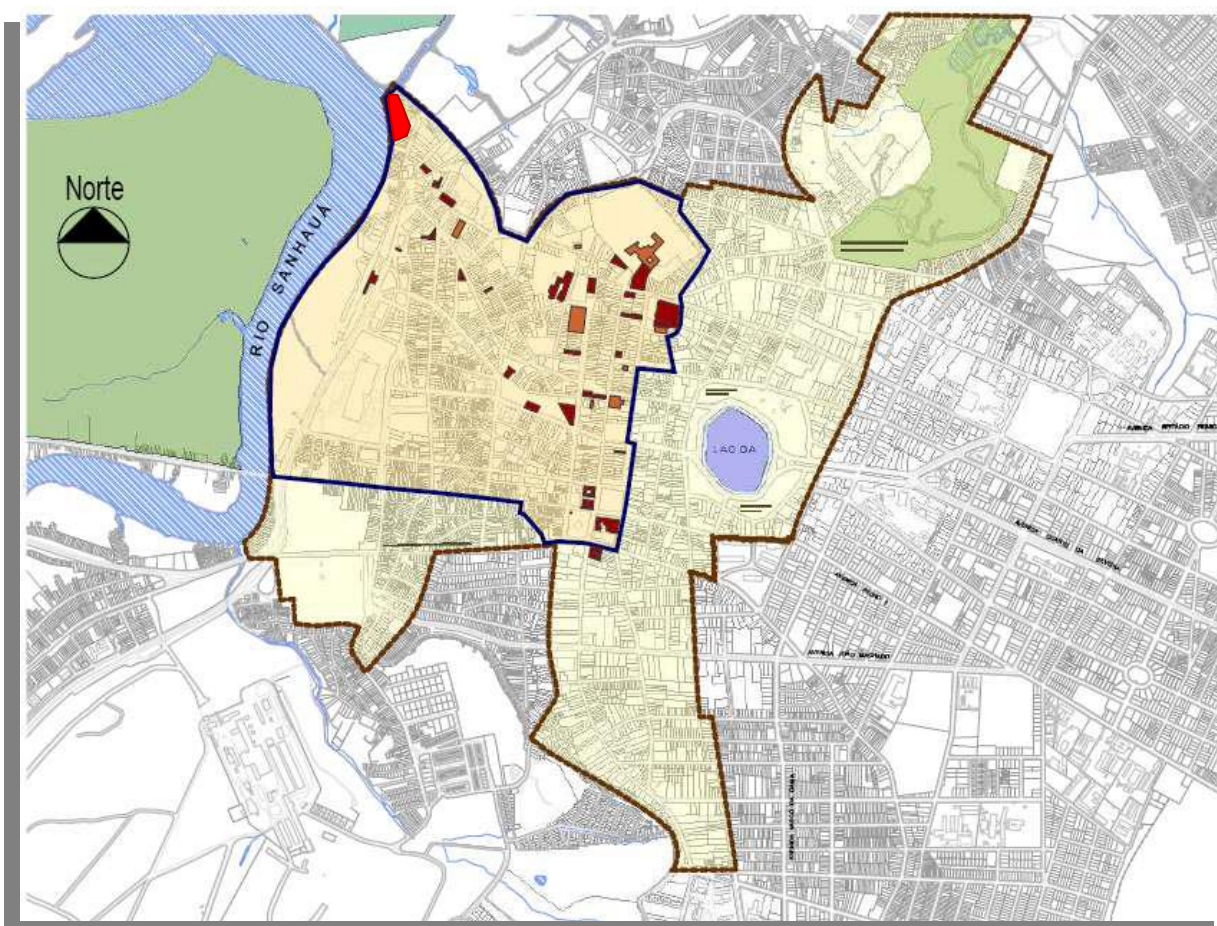
Inspirados em um movimento de transformar áreas de fundação urbana em conjuntos de monumentos para fruição museal e cultural, gestores, técnicos e líderes governamentais, em determinadas conjunturas políticas, começam a propor estratégias de revitalização/ requalificação/ reabilitação de centros históricos e bairros antigos presentes nas cidades brasileiras. Essas estratégias são impetradas pelos poderes públicos e respaldadas por critérios técnicos de arquitetos e outros profissionais, especialmente nas décadas de 1980, 1990 e 2000, como ilustram vários exemplos.

Dito isto, há de se considerar que este modelo implantado em João Pessoa privilegiou a visão do turista em relação à paisagem citadina da nossa cidade, descartando, ou pelo menos, não priorizando os impactos sociais que tais políticas poderiam causar, pois o território Porto do Capim passa a ser visto como “desagradável” para ser mostrado ao turista, caracterizando um território sem turismo. A elitização cultural vem crescendo ano após ano na cidade e tende a mostrar ao turista apenas áreas prestigiadas pelas classes sociais mais abastadas, desvalorizando todo o resto e relegando a um segundo plano lúgubre de esquecimento. A atividade turística implantada pelo Estado, gestor do território, capitaliza o espaço especulado, atribuindo a ele um valor comercial. Assim, um modelo utilitarista de planejamento turístico é implantado e não há um bom modelo de planejamento urbano para que a população seja, de algum forma,

beneficiada com isso, pois ela é parte integrante e dá função a este território.

No processo de elaboração do projeto de tombamento do Centro Histórico pessoense, o Porto do Capim está excluído do polígono a ser tombado, caracterizando-se apenas como espaço de transição e amortizador. O discurso de que “é necessário devolver o rio à cidade e dar dignidade às famílias” faz com que o enredo seja mal entendido e dá um ar positivo ao que se adivinha negativo à população que hoje habita o Porto do Capim.

Figura 9: Perímetro de Atuação (linha vermelha) do IPAHEP na cidade de João Pessoa em 1982. Perímetro de atuação da Comissão do Centro Histórico de João Pessoa (em azul) e a área do Porto do Capim em vermelho.



Fonte: IPHAN, 2006.

A população, todavia, já deu uma funcionalidade ao território Porto do Capim, usufruindo de usos, serviços, práticas religiosas e habitações por eles concebidas, reivindicadas e para

eles destinadas (ver figura 9). Ora, é de grande falta senso o que se propõe neste projeto, ao deixar se descaracterizar o espaço-mãe de João Pessoa, ao passo que a população lá presente tem de ser removida para outros locais previamente estabelecidos e sem nenhuma relação com o espaço, que no Porto do Capim é transformado em território.

Para Souza (2005, p.112-113), a reforma urbana é:

...uma reforma social estrutural, com uma muito forte e evidente dimensão espacial, tendo por objetivo melhorar a qualidade de vida da população, especialmente de sua parcela mais pobre, e elevar o nível da justiça social. Enquanto uma simples reforma urbanística costuma estar atrelada a um entendimento estreito do que seja o desenvolvimento urbano, pode-se dizer que o objetivo geral da reforma urbana, em seu sentido mais recente, é o de promover um desenvolvimento urbano autêntico...

Figura 10: Cotidiano da comunidade do Porto do Capim, usando o rio como meio de locomoção para suas atividades.



Fonte: Juliana Brito/G1/2-2013.

Não se pode, é inconcebível pensar numa reforma urbana sem levar em conta a questão social, que é especialmente importante no Porto do Capim. Questiona-se: Esta “revitalização” será para quem? Para toda a gente ou para os turistas apenas?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscou-se ter uma visão dinâmica sobre o que representa o Porto do Capim e as suas perspectivas futuras, tendo em vista que se enfrenta o dilema do tal “projeto de revitalização”. O que se tira são as seguintes conclusões:

Área inseridas em espaços patrimonializados devem levar em conta aspectos culturais das comunidades lá presentes, pois o patrimônio Cultural imaterial é de proeminência impar, reflete as pegadas históricas referentes ao lugar, que deixa de ser o espaço dos acontecimentos para ser o espaço do pertencimento. Agregando valores as ação e relações dos moradores. Se tais valores forem perdidos não se tem como resgatar, já que, a comunidade e o espaço físico estão umbilicalmente ligados, como é o caso do Porto do Capim.

O poder público se apossa do discurso do ordenamento e da sustentabilidade para beneficiar o setor privado que no momento da discussão dos projetos não se mostra presente, no entanto nos bastidores tem interesses direto na implementação de projetos de cunho turístico, esse benefício do cita ator social é posto em detrimento da expropriação de uma comunidade que deu e da vida aquele espaço.

Outro ponto a ser levantado é a não existência participativa efetiva dos moradores na discussão da criação e implementação dos projetos, pois a relocação para áreas fora de onde se encontram hoje a comunidade foi imposta, assim como a não interlocução com gestores públicos foi inexistente.

A união da comunidade, a partir de movimentos como ocupe o Porto do Capim, foi uma estratégia dos moradores de serem enxergados, sair da invisibilidade e mostrar a necessidade de serem conhecidos e respeitados, para além de simples moradores, mas como componentes e geradores de bens culturais.

Faz-se necessário não olhar apenas para o lado econômico ou turístico. Há que se fazer sentir o lado social e cultural das pessoas, que tem um apreço por aquele território. A população, como já foi falado, não é meramente população estatística. É povo. Precisa-se humanizar o tratamento espacial da cidade, não somente do território do Porto do Capim, com o fim de preservar o que temos de melhor e mais significativo em termos de patrimônio, cultura, memória e identidade.

Por fim, é preciso que vários estudos sejam elaborados na área do Porto do Capim, com o intuito de desvelar a complexidade lá existente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. H. F. Cidade de João Pessoa: A memória do tempo. João Pessoa: Gráfica e Editora Persona, 1992.

ARAÚJO, M. E. Água e rocha na definição do sítio de Nossa Senhora das Neves, atual cidade João Pessoa – Paraíba. Salvador: UFBA, 2012.

ARAÚJO, Vera Lúcia. As transformações na paisagem do Porto do Capim: leituras de uma paisagem urbana. João Pessoa: UFPB, 2006.

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Malheiros, 14^a edição, 2007.

BRAGA, Emanuel Oliveira (et al). Dossiê Proposta de requalificação das áreas urbanas do Porto do Capim e da Vila Nassau. João Pessoa: IPHAN, 2012.

BUENO, Eduardo. Brasil: Uma história. São Paulo: Leya, 2010.

CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CRUZ, Rita de Cássia. Política de turismo e território. São Paulo, Contexto, 3^a edição, 2002.

ELIOT, T.S. Notas para a definição de cultura. São Paulo: É Realizações, 2011.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 14^a Edição, 2012.

GIANETTI, Eduardo. O valor do amanhã. São Paulo: Companhia das Letras, 2^a edição, 2012.

GUERRA, Antonio José Teixeira & CUNHA, Sandra Baptista. Geomorfologia: Uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HOBBSAWM, Eric. A era dos extremos: o breve século XX. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

JATOBÁ, Lucivânio. Introdução à Geomorfologia. Recife: Bagaço, 5^a Edição revista e ampliada, 2008.

JOFFILY, JOSÉ. Porto político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MELLO, José Octávio de Arruda. História da Paraíba: Lutas e resistência. João Pessoa: Editora UFPB, 11^a Edição, 2008.

OLIVEIRA, João Carlos Costa. Roteiro para criação de Unidades de Conservação Municipais. Brasília-DF: Ministério do Meio Ambiente, 2010.

RODRIGUEZ, Janete Lins (coord.). Atlas Escolar da Paraíba. João Pessoa: Editora Grafset, 3^a Edição, 2002.

SANDEL, Michael J. Justiça: O que é fazer a coisa certa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 9ª edição, 2012.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: EDUSP, 4ª Edição, 2008.

_____. A urbanização brasileira. São Paulo: EDUSP, 5ª Edição, 2005.

_____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 22ª edição, 2012.

SILVA, Juliana Maria de Oliveira (et al). Gestão dos recursos hídricos e planejamento ambiental. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

SILVESTRIN, Monia Luciana. Patrimônio imaterial: Fortalecendo o sistema nacional.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2ª edição, 2005.

TUAN, Yu-Fu. Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.